



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



A Contribuição do Banco do Brasil para o Crescimento das Micro Empresas da Cidade de Picos-PI

The contribution of the Banco do Brasil for Growth of Micro Companies of the City of Picos-PI

John Frank Veloso

Graduando em Administração
johnfrankbb2007@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí

Geny Marques Pinheiro

Mestre
genymp@hotmail.com
Universidade Federal do Piauí



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO
Rua Cicero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



**PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

JOHN FRANK VELOSO

**A Contribuição do Banco do Brasil para o Crescimento das Micro Empresas da Cidade
de Picos-PI**

A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

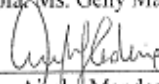
- Aprovado(a)**
 Aprovado(a) com restrições
 Restrições sugeridas
 Restrições obrigatórias

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugeridas pela banca e acordadas nos prazos previamente estabelecidos.

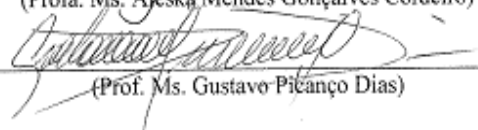
Picos (PI), 12 de março de 20 14.



(Profa. Ms. Geny Marques Pinheiro)



(Profa. Ms. Ajeska Mendes Gonçalves Cordeiro)



(Prof. Ms. Gustavo Picanço Dias)

Ficha Catalográfica

V437c Veloso, John Frank.

A contribuição do banco do Brasil para o crescimento das
micro empresas da cidade de Picos-PI / John Frank Veloso.
– 2014.

Monografia(Bacharelado em Administração) – Universidade
Federal do Piauí, Picos, 2014.

Orientador(A): Profa. Ms. Geny Marques Pinheiro.

1. Instituição Financeira. 2. Crédito. 3. Micro Empresas.
I. Título.

CDD 658

RESUMO

O processo de globalização e as sucessivas crises econômicas resultaram em fortes mudanças nas organizações. As micro empresas não deixaram de ser atingidas por estas graves mudanças, pelo contrário, tiveram que estruturar-se e tornaram-se cada vez mais competitivas, num mercado onde se vê claramente uma forma desregulada de concorrência. O maior desafio enfrentado por estas instituições é o de encontrar alternativas financeiras, como os financiamentos bancários, sendo umas das principais queixas dos pequenos empreendedores a dificuldade de acesso ao crédito, o que inviabiliza a manutenção e o seu crescimento chegando a contribuir para o fechamento do negócio. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo verificar a contribuição que o Banco do Brasil (BB) tem para suprir as necessidades dos empresários e as vantagens das principais linhas de financiamento, onde constatarem-se-se várias linhas de crédito para este público, porém o prazo, a burocracia, o excesso de documentação solicitada, exigência de garantia, mas principalmente as taxas de juros ainda são consideradas muito altas pelos microempresários dificultando o acesso ao crédito.

Palavras Chave: Instituição Financeira. Crédito. Micro Empresas.

ABSTRACT

The process of globalization and the successive economic crises resulted in major changes in organizations. Micro Companies have left to be affected by these serious changes, however, had to be structured and become increasingly competitive in a market where one clearly sees an unregulated form of competition. The biggest challenge faced by these institutions is to find financial alternatives, such as bank loans, being one of the main complaints from small entrepreneurs to difficult access to credit, which prevents the maintenance and growth coming to contribute to closing the deal. Therefore, this study aimed to examine the contribution that the Banco do Brasil (BB) has to meet the needs of business and the advantages of the main financing lines, where it was found that several lines of credit for this audience, but the term bureaucracy, excess requeste documentation, collateral requirement, but mainly nterest rates are still considered too high by microentrepreneurs hindering access to credit.

Keywords: Financial Institution. Credit. Micro Companies.

1 INTRODUÇÃO

Os pequenos empreendimentos revelam-se, na atualidade, como bases que sustentam o setor econômico brasileiro, sendo uma das principais fonte geradoras de emprego no país, e com maior quantidade pontos de venda distribuídos.

Entretanto, as micro empresas não são beneficiárias de tratamento condizente com o seu significado para a economia nacional, nem com o potencial comprovado para gerar contrapartidas sociais, como emprego e renda.

Os projetos e programas direcionados pelo governo para este público se revelam ineficazes e insuficientes para o pleno atendimento de suas necessidades. Dentre as principais dificuldades que enfrentam, evidenciam-se as dificuldades de acesso ao crédito, assim como as garantias exigidas para que isso aconteça.

Apesar dos avanços que podem ser constatados no campo do microcrédito nos últimos anos, os pequenos negócios continuam praticamente excluídos do acesso a financiamentos adequados para suas atividades. Neste contexto, torna-se ainda mais difícil para estas empresas o acesso a linhas de financiamento para capital de giro em condições e custos compatíveis com a natureza de suas atividades. As opções de crédito oferecidas pelos Bancos privados revelam-se inadequadas por causa das altas taxas de juros e os bancos públicos priorizam os investimentos a longo prazo.

As micro empresas ainda têm muita dificuldade a ter acesso ao crédito bancário em razão da burocracia e as altas taxas de juros de empréstimos e financiamentos, principalmente num período de crise econômica, onde o pouco consumo interno e externo gera desconfiança na capacidade das mesmas em honrarem seus compromissos. Essas dificuldades enfrentadas não dizem respeito à falta de recursos, mas sim a pouca variedade de linhas de créditos voltadas especificamente para este público.

Nesse cenário, levantou-se o seguinte questionamento: Como o Banco do Brasil pode contribuir para facilitar o acesso ao crédito e as condições de sobrevivência das micro empresas localizadas na região de Picos – PI. Onde se tem como principal objetivo analisar as contribuições do crédito oferecido pelo BB para o crescimento regional, bem como para a expansão das microempresas da cidade de Picos - PI.

Buscou-se também no trabalho reconhecer as características do mercado de crédito no Brasil e sua importância para os desenvolvimentos e expansão das micro empresas e identificar às principais linhas de créditos destinados a essas entidades, destacando seus pontos positivos e negativos, além de avaliar as linhas de crédito destinadas para esse campo verificando a sua relevância para o desenvolvimento da economia regional.

A metodologia utilizada refere-se a uma pesquisa de caráter bibliográfica além do mais foi realizada uma pesquisa de campo, nas dependências da agência do Banco do Brasil e junto as MPEs de Picos - PI. Onde a análise dos dados fornecidos pela administração da agência, como o questionário com perguntas fechadas direcionadas aos responsáveis pelas MPEs, permitiu dados concretos à pesquisa.

O presente trabalho apresenta-se estruturado em três capítulos, onde exporá desde os motivos que levaram a escolha da temática, apresentará a fundamentação teórica do trabalho, e por fim o estudo de caso da entidade empresarial Banco do Brasil, junto a MPEs, estabelecida na cidade de Picos, onde foi realizada a coleta e tratamento dos dados, e por fim são feitas as considerações finais e bibliográficas da pesquisa.

2REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Crédito para as Microempresas

2.1.1 Definição de Microempresas

As micro empresas são um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira, quer pela sua enorme capacidade geradora de empregos, quer pelo infindável número de estabelecimentos desconcentrados geograficamente. (KOTESKI, 2004)

Segundo dados do Sebrae (2013), as micro empresas, representam 99% dos empreendimentos brasileiros, geram 70% dos empregos e são responsáveis por 25% do Produto Interno Bruto (PIB). (SANTOS, 2013)

Percebe-se com isso, que o mercado atual é composto em sua maioria por micro empresas, e esta atividade se desenvolveu principalmente devido as oportunidades que o mercado brasileiro esta oferecendo.

Koteski (2004) menciona que a abertura desses pequenos negócios se deve principalmente a dificuldade de inserção no mercado, por parte do jovem que busca o primeiro emprego e as pessoas com mais de 40 anos. Por isso alguns programas governamentais têm buscado formas de alavancar e incentivar os empreendimentos de pequeno porte como uma forma de reduzir o desemprego, além disso, as pequenas empresas são capazes de fixar as pessoas no local de origem, distribuir equitativamente renda e riqueza e estimular iniciativas individuais e coletivas.

Puga (2000) confirma a citação acima ao descrever que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) têm papel importante na economia como fonte geradora de emprego, renda, divisas, inovações, assim também como fonte redutora de desequilíbrios regionais. Ainda ressalta que as políticas de apoio a estas entidades variam de acordo com o papel atribuído a essas organizações, assim como também pelas condições de cada país.

É inegável a colaboração das micro empresas para economia, sendo um dos principais da própria economia brasileira, o crescimento de tais empreendimentos chegam a superar o crescimento econômico, e a sua principal contribuição é a mão de obra.

Para Lacerda (2003), uma empresa pode ser caracterizada como micro empresa observando tanto a receita operacional quanto o numero de empregados, de acordo com o SEBRAE, é caracterizada pelo número de funcionários, classificando-se como micro empresas aquelas que possuem até 19 empregados, já segundo o estatuto de micro empresas aprovado pela Lei complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 os critérios que classificam o tamanho de uma empresa é a sua receita bruta anual sendo, pois, microempresas as que têm receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00.

Estas empresas são regidas pela Lei Complementar nº 123, de 18/12/2006, e regulamenta o Estatuto Nacional da microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP) que estabelece as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2006).

A referida lei estabelece como princípios relacionados aos pequenos empreendimentos, no que tange a geração de emprego, que significa estimular o pequeno empreendedor a expandir seu negócio e contratar mais pessoas; a distribuição de renda, que representa uma contrapartida social das microempresas, por contribuir para a melhoria de vida das pessoas;

Além de promover a redução da informalidade, passando a existir oficialmente e se tornando apta a obter os benefícios concedidos pelo governo em termos de incentivos fiscais; incentivar o crescimento das empresas, através da isenção da maioria dos impostos e do

acesso ao crédito a juros mais baixos; como também ampliação da competitividade, por dotar as microempresas de estímulo para competir no mercado em igualdade de condições com empresas do mesmo ramo de atividade e desenvolvimento da economia, ampliando mais ainda a participação das microempresas para o fortalecimento do setor econômico brasileiro.

Cabe ainda esclarecer que a Lei nº 123/2006 não exclui as MPEs da incidência de impostos ou contribuições como: IOF (imposto sobre operações financeiras); contribuições ao FGTS; ITR (imposto sobre a propriedade territorial rural); II (imposto sobre a importação); IE (imposto sobre a exportação) e demais descritos na Lei, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas.

O relatório do observatório das MPEs sobre o cenário das MPEs 2009-2015 emitido pelo SEBRAE_SP (2008) afirma que: “O Brasil pode chegar em 2015 com 8,8 milhões de Micro Empresas, representando aumento de 76% do número existente hoje”.

O relatório também ressalta que “em sete anos existirá uma pequena empresa para cada 24 habitantes”. A maior concentração deverá ser no setor de comércio (55%), seguido pelo de serviços (34%) e indústria (11%). Essa proporção aproximará o Brasil dos índices europeus registrados em 2000, quando Alemanha, França, Reino Unido e Itália apresentavam, respectivamente, 23, 24, 23 e 14 habitantes por empresa.

Embora, tamanha importância, é possível verificar que grande parte destes empreendimentos se encontra em dificuldades, devido principalmente à competitividade acirrada destas organizações, que gera como consequência, problemas em dar continuidade ao negócio que segundo SEBRAE, morrem antes de completar quatro anos de funcionamento tendo como principais causas para esta mortalidade a falta de capital de giro e a alta carga tributária. (SANTOS, 2004)

A alta taxa de mortalidade dessas empresas se deve principalmente pelo fato da competitividade acirrada, onde as micro empresas não conseguem priorizar suas necessidades e montar uma estratégia de negócio eficiente, fora a alta carga tributária, a falta de concessão ao crédito, a má utilização de informações, entre outras causas.

Santos (2004), descreve que o sistema financeiro atual não atende a necessidade das micro empresas, ressaltando ainda que para este amplo segmento o crédito bancário é muito caro e de acesso muito difícil.

O mesmo autor ainda faz uma observação que o custo do crédito no Brasil é muito alto comparado com os demais países. E que esta situação limita a capacidade de crescimento das microempresas, uma vez que estas não têm acesso ao crédito ou não conseguem manter relacionamentos com os bancos.

Koteski (2004) lembra que num momento em que o país busca contornos para a crise econômica, optando pelo combate ao desemprego e pela busca do crescimento sustentável, o estímulo aos empreendedores e às micro empresas representa uma alternativa eficaz.

Ele ainda revela que o atual governo, tem buscado através do segmento das micro empresas oferecer um amplo espectro de oportunidades e contribuir efetivamente para uma maior justiça social. Tanto é que, por meio de instituições oficiais – em especial o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) disponibilizam recursos subsidiados e linhas de financiamentos específicos para os pequenos negócios.

Mesmo com todas as medidas a alta demanda de tomada de crédito junto às instituições financeiras não é atendida, Santos (2004) comenta que para alcançar tais metas o Brasil precisa muito mais que um sofisticado e sólido sistema financeiro, o país precisa ampliar e reduzir suas oscilações, só assim o crédito será disponibilizado a todos os segmentos sem favorecimentos.

2.2 Banco do Brasil

2.2.1 Sistema Financeiro Nacional - SFN

O Sistema Financeiro Nacional é o conjunto de instituições e órgão que regulam, fiscalizam e executam as operações relativas à circulação de moeda e do crédito, sendo formado por agente superavitários, instituições financeiras e agentes deficitários.

Fortuna (2002, p.15), conceitua Sistema Financeiro como um conjunto de instituições que se dedicam, de alguma forma, ao trabalho de propiciar condições satisfatórias para a manutenção do movimento de recursos entre poupadores e investidores.

Conforme Assaf Neto (2006, p. 45), o mesmo é formado por todas as instituições financeiras, públicas ou privadas do país, sendo regulado e estruturado pela Lei de Reforma Bancária, em 1964, pela Lei do Mercado de Capitais, em 1965, e, mais recentemente, pela Lei de Criação dos Bancos Múltiplos, de 1988.

Fortuna (2008) complementa a citação anterior ao mencionar que o Sistema Financeiro sob a orientação do Conselho Monetário Nacional (CMN), regula e controla o mercado financeiro.

Andrezo (2007, p. 01); menciona que “[...] o mercado financeiro consiste em conjunto de instituições e instrumentos destinados a oferecer alternativas de aplicação e captação de recursos financeiros”. Sendo assim, o intermediador das operações monetárias entre operadores e tomadores de recurso (GROPELLI, 2002).

Fortuna (2008) ainda descreve que o SFN é constituído por subsistemas que estabelecem as normas de funcionamento ou que controlam e regulam o funcionamento do sistema: Conselho Monetário Nacional (CMN); Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Banco do Brasil S.A. (BB) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). E de subsistema constituído de instituições financeiras públicas e privado que executa as operações e faz sistema funcionar.

Para Assaf Neto (2006), o subsistema Normativo é o responsável pelo funcionamento do mercado financeiro e de suas instituições, tendo como objetivo, fixar as diretrizes de política monetária, de crédito e cambial, fiscalizando e regulamentando das atividades financeiras, e estando constituído pelo CMN, pelo BACEN e pelo CVM, órgão normativo de apoio ao sistema financeiro, com a função de controlar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários; ainda fazem parte do subsistema normativo e que atuam no mercado, o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica (CEF).

Complementa Brito (2003), ao caracterizar os subsistemas observando as principais características e funções exercidas no mercado financeiro como: O CMN, responsável pela fixação das principais diretrizes do sistema financeiro, como das políticas monetária, creditícia e cambial do país; O BACEN é a entidade criada para atuar como órgão executivo do sistema financeiro, sua competência é de exercer o monopólio da emissão de moeda como também a superintendência e fiscalização do sistema financeiro.

O SFN esta estruturado em órgãos normativos, emitem as normas de funcionamento do sistema (Conselho Monetário Nacional, Conselho Nacional de Seguro Privado, Conselho Nacional de Previdência Complementar); entidade supervisoras, fiscalizam o cumprimento de normas (Bacen, CVM, SPC); e órgãos operadores, são as instituições que operam dentro do SFN cumprindo as normas definidas pelo CMN e dos demais órgãos normativos.

O BB é o órgão executor de política creditícia e financeira do governo brasileiro, como também executor da política oficial do crédito rural; o BNDES é uma instituição responsável pelas políticas de financiamento e crédito de longo prazo do governo federal; por fim, as instituições Financeiras, as quais atuam no processo de intermediação financeira,

compreendendo diversas modalidades de captação de recursos, sendo tais operações de curto e longo prazo. (BRITO, 2003)

Segundo Fortuna (2002) as instituições financeiras no Brasil estão, originalmente segmentadas em: Bancos Comerciais, ou seja as instituições financeiras que atendem os clientes em suas necessidades do dia a dia através de suas agências bancárias, *home banking* ou Internet; Bancos de Investimento, são os que fornecem os recursos para os investimentos empresariais de longo prazo; Bancos Múltiplos, estão representados pelos grupos financeiros que atuam em vários segmentos;

Ainda, as Sociedades de Crédito, únicas autorizadas pela atual legislação a financiar a aquisição de bens de consumo Financiamento e Investimento; e por fim a Sociedade de Crédito Imobiliário que por sua vez, são as responsáveis pelo financiamento da aquisição de imóveis quer sejam habitacionais ou comerciais.

Lameira (2001) comenta que a finalidade do sistema financeiro é servir como o canal que possibilita o acúmulo e a alocação com eficiência de capital, suprimindo as necessidades de recursos dos agentes econômicos que desejam investir e proporcionando alternativas de investimento para os superavitários.

Contudo, é através do Sistema Financeiro Nacional que se identifica a relação entre agentes carentes de recursos para investimento e os agentes capazes de gerar poupança e, conseqüentemente, criar condições de financiar o crescimento a economia. (ASSAF NETO, 2006)

2.2.1.1 Crédito Financeiro

Conforme Camargos et al.(2010), o crédito pode ser definido pela cessão temporária de recursos a terceiros, mediante remuneração(juros) cobrada ao devedor pelo seu uso, que pode ser concedido por vários tipos de empresas e para uma variada gama de finalidades, com destaque para o segmento bancário, que atua como agente intermediador das captações e aplicações de recursos na economia, sendo regulado por normas estabelecidas pelas autoridades monetárias.

Assim sendo, crédito significa conseguir junto a um tomador, recursos financeiros para aplicar em uma despesa ou investimento, etc, em troca o agente espera que o cliente efetue o pagamento nas datas aprazadas.

Para Minussi(2001), a atividade de concessão de crédito é fortemente influenciada pelas condições macroeconômicas do país e pelas políticas governamentais, sendo, assim, caracterizada por movimentos cíclicos, flutuando entre um conservadorismo defensivo até uma agressividade responsável.

Conforme Casado (2006, pag 36-37), a concessão de crédito, em geral, implica a colocação de dinheiro à disposição do creditado para sua restituição em determinado prazo; deste fato, depreendendo-se a existência de duas prestações recíprocas (entrega e restituição) e de duas prestações comutativas (o prazo e o juro), elementos que são comuns a uma diversidade de negócios jurídicos que podem ser definidos como contratos de crédito, quais sejam, o mútuo, a renda vitalícia, o depósito irregular, os contratos bancários de crédito atípicos e o desconto.

Portanto, o papel primordial das instituições financeiras diz respeito à captação de recursos dos agentes superavitários para emprestar aos agentes deficitários, possibilitando a melhoria econômica e social do cliente.

De acordo com o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2004), o custo do crédito no Brasil é muito alto, mesmo o sistema financeiro sendo muito desenvolvido, sofisticado e complexo, gerando uma situação paradoxal, se comparado tal sofisticação ao baixo aprofundamento financeiro. (SANTOS, 2004)

O mesmo autor ainda ressalta que tais dificuldades de acesso ao crédito reforça a desigualdade, e estimula um ciclo vicioso, sendo um obstáculo ao crescimento econômico. Para reverter tal situação o autor destaca que o Brasil precisa ampliar a oferta de crédito e reduzir sua oscilação.

Perece-se com isso que o acesso ao crédito é ainda difícil para muitos, isso se deve sobretudo devido às pessoas não se enquadrarem no perfil exigido para concessão credial, entre elas a capacidade de pagamento, não ter um bom histórico, entre outros fatores. Além do mais a oferta do crédito no Brasil não atende a demanda, o que obriga a seletividade de acordo com clientes que se enquadram no perfil exigido para tal.

2.3 Créditos para Microempresas

Gonçalves(2007) elenca que o acesso ao crédito é elemento fundamental para definir o sucesso das MPE's, pois, se liga diretamente ao aumento e manutenção de sua capacidade produtiva.

Santos (2004) menciona que existe uma meta para alterar o panorama restritivo de créditos, iniciado desde o governo Lula, com a criação de um programa de bancarização onde as locomotivas principais foram a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. O governo também implementou o programa de microcrédito.

Segundo Koteski (2004), antes do acesso ao crédito, se faz necessário qualificar e capacitar o pequeno empreendedor, tanto do ponto de vista técnico como do de gestão. Como produto desse processo de capacitação, o SEBRAE, em conjunto com o empreendedor, elaboraria um plano de negócios que se constituía na própria proposta de crédito a ser submetida aos bancos oficiais participantes do programas.

O autor ainda faz menção de alguns programas governamentais que têm buscado formas de alavancar e incentivar os empreendimentos de pequeno porte, onde cita o Programa Brasil Empreendedor, criado em 1999 com o propósito de contribuir para a geração de renda, manutenção e criação de postos de trabalho, através de capacitação gerencial e creditícia desse segmento.

Koteski (2004), ainda revela que com os recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o programa financiou, entre outubro de 1999 e dezembro de 2002, 5 milhões de operações, concretizadas nas instituições financeiras oficiais num total de R\$ 35 bilhões (média de R\$ 7 mil cada), e capacitou seis milhões de empreendedores, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. E não para por ai para 2004 o valor foi de R\$16 bilhões.

Santos (2004), ressalva que um dos motivos que pesam na hora dos acessos a créditos para as microempresas é o alto nível de informalidade e a precariedade das informações contábeis, sendo um dos principais objetivos do SEBRAE promover acessibilidade a informações, principalmente na área de gestão empresarial.

2.3.1 Banco do Brasil

Conforme Santos (2004), o Banco do Brasil ainda apresenta números tímidos no que tange o microcrédito, porem, o mesmo conta programas voltados para financiamento de capital de giro, como exemplo a linha chamada BB Giro Rápido, que atende mais de 500 mil empresas com cerca de R\$3 bilhões aplicados.

Bittencourt Et al. (2005) revela que a estratégia adotada pelo Banco do Brasil para atuar com crédito popular foi diferente da CEF, constituindo um novo banco – o Banco Popular do Brasil (BPB) especificamente para atuar com a população de baixa renda, evitando

assim congestionar ainda mais suas agências através de uma ampliação significativa do número de clientes.

O autor ainda ressalta que as operações de microcrédito realizadas pelo Banco Popular foram em sua grande parte, destinadas a um público que nunca teve acesso a uma conta corrente ou a crédito bancário.

2.4 Linhas de Crédito do Banco do Brasil para às Micro Empresas

Conforme dados obtidos pelo BB, sobre sua linha de créditos temos:

- **BB Giro Rápido**

Linha de crédito contendo numa mesma operação dois subcréditos (crédito rotativo e crédito fixo), operacionalizada com recursos do FAT e de conta própria sob a forma de “mix”, cuja finalidade é o reforço de capital de giro das empresas para suprimento de eventual necessidade financeira e Crédito para empresas fornecedoras participantes de licitações. O público alvo é o Micro Empreendedor Individual e Micro e Pequena Empresa com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões. O prazo da operação é de até 24 meses, com encargos financeiros de 2,00% a.m.

- **BB Capital de Giro Mix PASEP**

Empréstimo mediante contrato de abertura de crédito fixo, com recursos do PASEP e de conta própria, sob a forma de “mix”, tem por finalidade Financiar o giro operacional, a quitação de tributos e demais necessidades de capital de giro das empresas, tendo como público alvo as Empresas privadas (pessoas jurídicas e empresários individuais) com faturamento bruto anual até R\$ 50 milhões. O prazo da operação é de até 24 meses, com encargos financeiros de 2,00% a.m.

- **Proger Urbano Empresarial**

Linha de financiamento de investimentos operacionalizada com recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e mantido com recursos do fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, tem por finalidade Financiar projetos de investimento, com ou sem capital de giro associado, que proporcionem a geração ou manutenção de emprego e renda, na área urbana, viabilizando o desenvolvimento sustentado das microempresas e empresas de pequeno porte.

O público alvo são as Microempresas e empresas de pequeno porte com faturamento bruto anual de até R\$ 5 bilhões, o prazo da operação é de até 72 meses, os itens possíveis de financiamento são Investimentos indispensáveis, tais como: Tecnologia (transferência de tecnologia, instalação de laboratórios de testes, registro de patentes, construção civil ou reformas com a ampliação (edificações comerciais novas), móveis e utensílios novos, veículos automotores com lotação de até dois passageiros, máquinas e equipamentos novos ou usados com até 10 anos de uso, etc., tem por garantia o Fundo de aval, garantia real, garantia fidejussória, os encargos financeiros estão sobre uma taxa de juros de longo prazo (TJLP); Juros à taxa efetiva de 2,50% ao mês.

- **Proger Turismo Investimento**

Linha de financiamento de investimentos operacionalizada com recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, instituído pelo Ministério do Trabalho e

Emprego e mantido com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, tem por finalidade Financiar investimentos, com ou sem capital de giro associado, em projetos turísticos que proporcionem a geração ou manutenção de emprego e renda.

O publico alvo são Empresários individuais e pessoas jurídicas de direito privado, do setor turístico, sendo microempresa e empresa de pequeno porte, com faturamento bruto anual de até R\$ 5 milhões, o prazo da operação é de até 120 meses, de acordo com a finalidade do empreendimento, os itens possíveis de financiamento são Investimentos indispensáveis, tais como: Itens indispensáveis ao empreendimento turístico, tais como: bens e serviços; construção civil (edificações comerciais novas) e reformas em edificações comerciais já existentes; instalações comerciais (elétricas, hidráulicas, vitrines, balcões): máquinas e equipamentos novos ou usados até cinco anos de uso; móveis e utensílios, veículos nacionais novos ou usados com até cinco anos de fabricação (ônibus, microônibus, vans, jipe, pick-up, veículos de passeio para empresas locadoras de veículos, e outros), os encargos financeiros estão sobre uma taxa de juros de longo prazo (TJLP); juros à taxa nominal de 2,00% ao mês.

- **Proger Jovem Empreendedor**

Linha de financiamento de investimentos operacionalizada com recursos do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego e mantido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, tem por finalidade o apoio financeiro, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT a micro empresas, constituídas por jovens empreendedores, objetivando a geração de emprego e renda.

O publico alvo são Micro empresas, constituídas por jovens empreendedores selecionados e capacitados previamente pelo SEBRAE e desde que os sócios não participem de outras empresas, o prazo da operação é de até 84 meses, de acordo com a finalidade do empreendimento, os itens possíveis de financiamento são Investimentos indispensáveis, tais como: Bens e serviços indispensáveis ao empreendimento, constantes no plano de negócios, a exemplo de: obras de construção civil de reforma ou adaptação, veículos novos ou usados, com até cinco anos de uso; máquinas e equipamentos novos ou usados; computadores e periféricos, fax, copiadora (equipamentos novos), etc., estão sobre uma taxa de juros de longo prazo (TJLP); juros à taxa nominal de 2,00% ao mês.

Ainda sobre a linha de créditos voltada para as micro empresas temos o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO); crédito que o BB oferece para atender as necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte.

Esta linha esta pautada em quatro pilares: oferta de credito, ampliação da base de clientes e pulverização do crédito, concessão de créditos de baixos valores e progressivos e abordagem coletiva aos empreendedores.

A atuação no Microcrédito Produtivo Orientado – MPO oferecido pelo BB, alinhada ao Crescer – Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal, tem como objetivos elevar o padrão de vida e a geração de empregos e incentivar o empreendedorismo, promovendo o crescimento dos negócios do pequeno empreendedor.

Têm como publico alvo, as pessoas físicas empreendedores informais, com renda bruta mensal de até R\$ 5 mil, empreendedores individuais formalizados e microempresas com faturamento bruto anual de até R\$ 120 mil. Onde as linhas de crédito nas modalidades de giro e investimento têm o limite financiável de até R\$ 15 mil e prazo de pagamento de até 12 meses para Pessoa Física e 18 meses para Pessoa Jurídica, de acordo com a finalidade dos recursos.

O Banco do Brasil oferece ao Empreendedor Individual duas linhas de crédito para suprir suas necessidades financeiras: o BB Microcrédito Empreendedor e o BB Crédito Automático Mais.

O BB Microcrédito Empreendedor é a linha de crédito disponível para a pessoa jurídica, está disponível em duas modalidades, oferecendo crédito para capital de giro e para o financiamento de investimentos. O limite pode chegar a R\$ 15 mil e as taxas de juro são atrativas.

Já o BB Crédito Automático Mais é uma linha de capital de giro que empresta até R\$ 15 mil para pagamento em até 12 parcelas mensais. A contratação é simplificada e a liberação dos recursos é feita em qualquer unidade de atendimento do Banco Postal.

Percebe-se com isso que o Banco do Brasil esta buscando facilitar o acesso ao credito neste segmento, mesmo que de forma lenta, e como exemplo destas mudanças tem as próprias linhas de créditos listadas à cima.

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da Pesquisa

O presente trabalho será desenvolvido nas dependências da agência do Banco do Brasil e junto as MPEs de Picos - PI. A administração da agência permitirá e fornecerá as informações gerenciais necessárias através de relatórios e aplicativos que forneçam dados concretos à pesquisa realizada na agência. Para tanto se utilizará como instrumento de coleta de dados, questionário com perguntas fechadas direcionadas aos responsáveis pelas MPEs. Trata-se, portanto de uma pesquisa do tipo quantitativa.

Inicialmente será realizada uma pesquisa bibliográfica, em busca do embasamento teórico necessário ao andamento dos trabalhos. Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, tendo em vista que, conforme Gil (2002) tem como objetivo primordial a descrição das características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas características está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Como forma de coletar dados primários, será realizada uma pesquisa de campo com as Microempresas de Picos. Segundo Ventura (2002, p. 79), a pesquisa de campo deve merecer grande atenção, pois devem ser indicados os critérios de escolhada amostragem (das pessoas que serão escolhidas como exemplares de certa situação), a forma pela qual serão coletados os dados e os critérios de análise dos dados obtidos.

3.2 Delimitação da Pesquisa

A pesquisa utilizará a abordagem não probabilística por conveniência, considerando a facilidade de acesso e de obtenção de informações. Segundo dados coletados junto à Secretaria de Fazenda Estadual, estão regularmente registradas 159 microempresas no município de Picos. Desse total, será selecionada uma amostra de 30% da população, correspondendo a 48 microempresas.

Segundo Lakatos e Marconi (1995) na abordagem não probabilística por conveniência o pesquisador escolhe os casos que acredita serem importantes quanto à contribuição a ser dada à pesquisa.

A coleta de dados primários ocorrerá através de pesquisa de campo, com a aplicação de questionário fechado aos dirigentes das microempresas de Picos – PI. Para Lakatos e Marconi (1995, p. 201), o questionário “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

No processo de tratamento dos dados, procurar-se-á descrever os resultados do questionário aplicado aos sujeitos da pesquisa buscando atender aos objetivos propostos pela investigação. Para Rauen (1999), na análise de dados são apresentados os resultados obtidos na pesquisa e analisados levando em conta os objetivos da pesquisa. Dessa forma, a apresentação dos dados é a evidência das conclusões e a interpretação consiste no contrabalanço dos dados com a teoria.

3.2.1 Banco do Brasil em Picos

A agência Picos iniciou suas atividades em abril de 1944 e hoje é composta por 45 funcionários, 02 estagiários, 02 colaboradores, 02 contratados, 05 vigilantes e 04 zeladores.

Os resultados obtidos no período de agosto e setembro de 2013 das principais linhas de crédito negociadas pelo Banco do Brasil – Agência Picos-PI – com as Micro Empresas foram:

Tabela 1: Capital de Giro

Mês	Orçado	Obtido	Observado/orçado%
Janeiro/2013	R\$ 982.300,00	R\$ 996.560,00	101,45%
Fevereiro/2013	R\$ 1.019.390,00	R\$ 1.048.544,00	102,85%
Março/2013	R\$ 1.094.890,00	R\$ 1.198.098,00	109,45%
Abril/2013	R\$ 1.223.670,00	R\$ 1.287.322,00	105,76%
Mai/2013	R\$ 1.309.899,00	R\$ 1.322.665,00	100,97%
Junho/2013	R\$ 1.345.990,00	R\$ 1.134.856,00	84,31%
Julho/2013	R\$ 1.398.787,00	R\$ 1.276.908,00	91,28%
Agosto/2013	R\$ 1.411.554,00	R\$ 1.401.651,00	99,29%
Setembro/2013	R\$ 1.489.800,00	R\$ 1.435.098,00	96,32%
Outubro/2013	R\$ 1.564.345,00	R\$ 1.608.091,00	102,79%
Novembro/2013	R\$ 1.587.896,00	R\$ 1.699.980,00	107,05%
Dezembro/2013	R\$ 1.765.005,00	R\$ 1.833.562,00	103,88%
Total	R\$ 16.193.526,00	R\$ 16.243.407,00	100,30%

Fonte: Banco do Brasil – Agência Picos-PI

Tabela 2: Crédito de Investimento

Mês	Orçado	Obtido	Observado/Orçado%
Janeiro/2013	R\$ 803.970,00	R\$ 416.010,00	51,74%
Fevereiro/2013	R\$ 829.470,00	R\$ 472.240,00	56,93%
Março/2013	R\$ 649.280,00	R\$ 483.110,00	74,41%
Abril/2013	R\$ 667.520,00	R\$ 499.920,00	74,89%
Mai/2013	R\$ 705.340,00	R\$ 776.640,00	110,11%
Junho/2013	R\$ 520.370,00	R\$ 885.590,00	170,18%
Julho/2013	R\$ 530.260,00	R\$ 1.039.170,00	195,97%
Agosto/2013	R\$ 545.070,00	R\$ 1.734.300,00	318,18%

Setembro/2013	R\$ 554.800,00	R\$ 2.123.890,00	382,82%
Outubro/2013	R\$ 538.260,00	R\$ 2.184.030,00	405,76%
Novembro/2013	R\$ 542.510,00	R\$ 2.226.700,00	410,44%
Dezembro/2013	R\$ 549.460,00	R\$ 2.230.810,00	406,00%
Total	R\$ 7.436.310,00	R\$ 15.072.410,00	265,74%

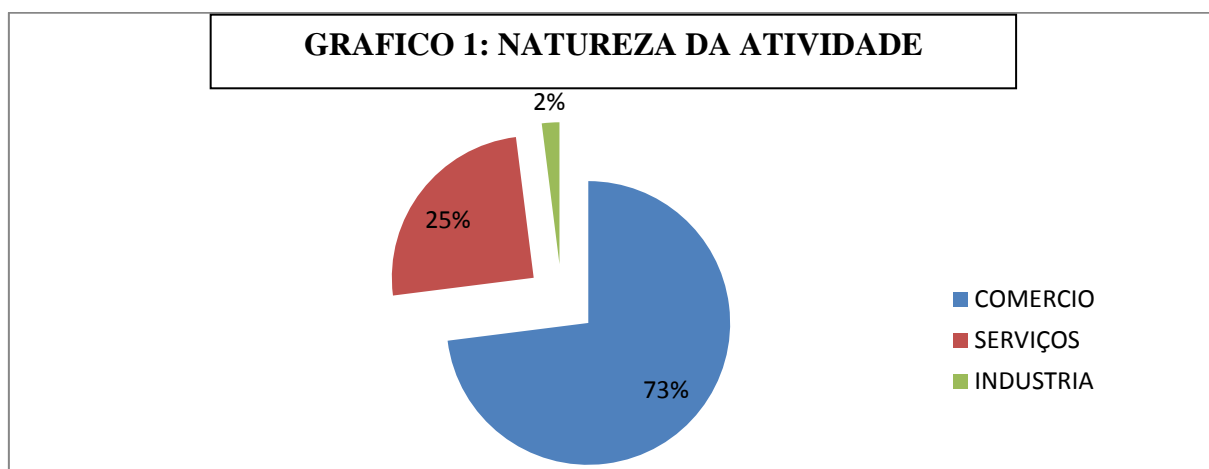
Fonte: Banco do Brasil – Agência Picos-PI

3.2.2 Resultado do questionário aplicado aos responsáveis pelas MPEs

Identificados os participantes da pesquisa, na primeira questão, procurou-se caracterizar qual tipo de empresa estariam enquadradas de acordo com a legislação brasileira. Para a primeira questão, a totalidade (100%) dos entrevistados assumiu-se como microempresa, condição que contempla a literatura.

Confirmando a premissa que o mercado atual é composto em sua maioria por micro empresas, conforme dados do Sebrae (2013), sendo também um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira (KOTESKI, 2004).

Para a segunda questão, que investiga a natureza da atividade (comercio, indústria ou prestação de serviços), foi constatado que 25% (12) das microempresas estão no ramo da prestação de serviços, 2% (uma empresa) no ramo da indústria e 73% (35 empresas) no ramo do comercio.



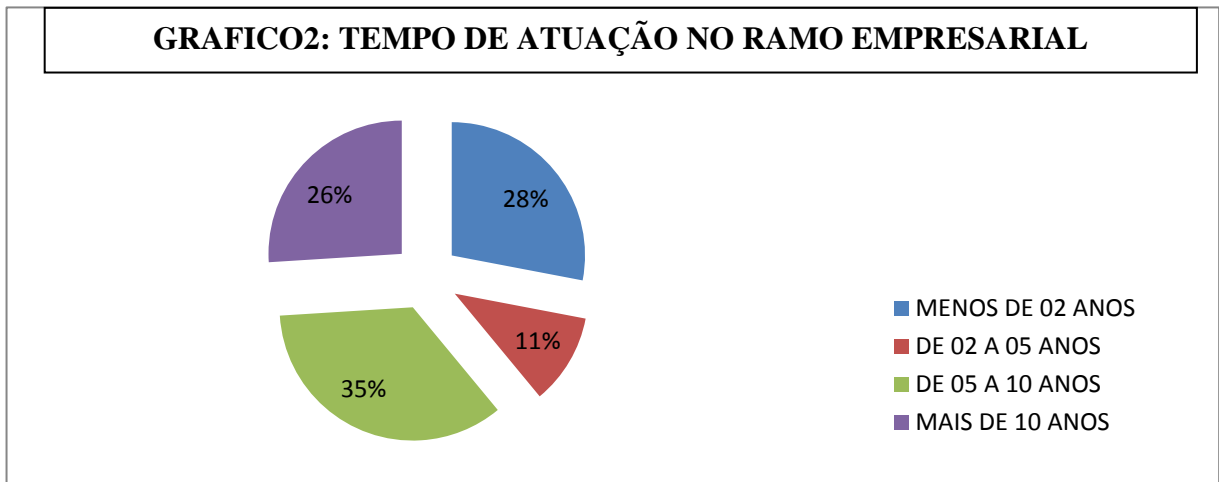
Fonte: Pesquisa de campo – 2013

Sabe-se que no Brasil para cada 24 habitantes, existe uma micro empresa, tendo como maior concentração no setor de comercio (55%), seguido pelo de serviços (34%) e indústria (11%), ao compararmos estes dados com os dados adquiridos nesta pesquisa, percebemos que não existe uma variação acentuada destes percentuais.

Para a terceira questão, referente ao tempo de atuação, foi obtido o seguinte resultado: 27% atuam a menos de dois anos; 37% de cinco a dez anos; e 36% há mais de 10 anos. A pesquisa indica que dentre as empresas entrevistadas, existe um risco pequeno de estabilidade, pois já passaram pelo período mais crítico de sobrevivência, que é os dois primeiros anos.

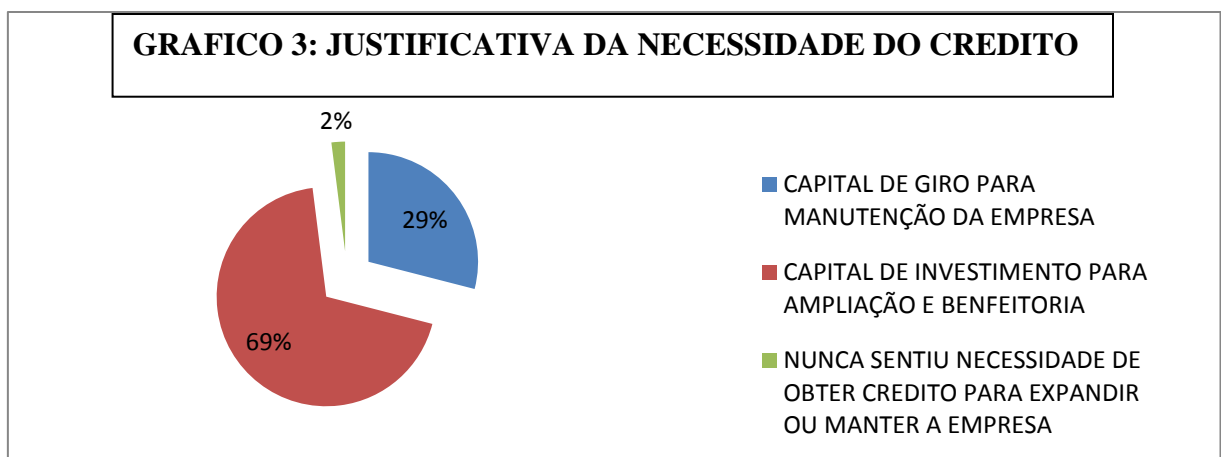
Os dados do Sebrae (2013) relatam que muitas micro empresas não conseguem se manter no mercado por um período maior que 05 (cinco) anos, devido a vários fatores, entre eles organização administrativa, apoio e auxílio contábil administrativo, falta de credito.

Porem se analisar os dados adquiridos na pesquisa percebemos que existem empresas que mesmo com todas as dificuldades e barreiras encontradas na economia atual conseguem se manter no mercado como mostra o gráfico abaixo.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013

Na quarta questão, indagou-se acerca da maior necessidade de crédito, como respostas 69% dos entrevistados assinalaram que a busca pelo credito diz respeito a necessidade de capital para investimento; já 29% relataram que seria usado para a manutenção das empresas e somente 2% afirmaram nunca sentir necessidade de obter credito.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013

É possível verificar a preocupação dos microempresários em manter-se competitivo nos negócios, percebe-se também com esta análise que as instituições financeiras estão melhorando no apoio ao credito para as micro empresas, uma vez que das 48 (quarenta e oito) empresas entrevistadas apenas 2% nunca buscaram acesso a financiamento de credito.

Contudo, vale ressaltar que o acesso ao credito ainda é algo muito restritivo devido ao alto nível de informalidade, a precariedade das informações contábeis e administrativas, porém, há um crescimento e desenvolvimento de tais linhas de credito, como exemplo o Banco do Brasil que hoje conta com uma linha de credito que vai desde o BB Giro Rápido até Proger Jovem Empreendedor, na busca de melhorar estas linhas de atendimento.

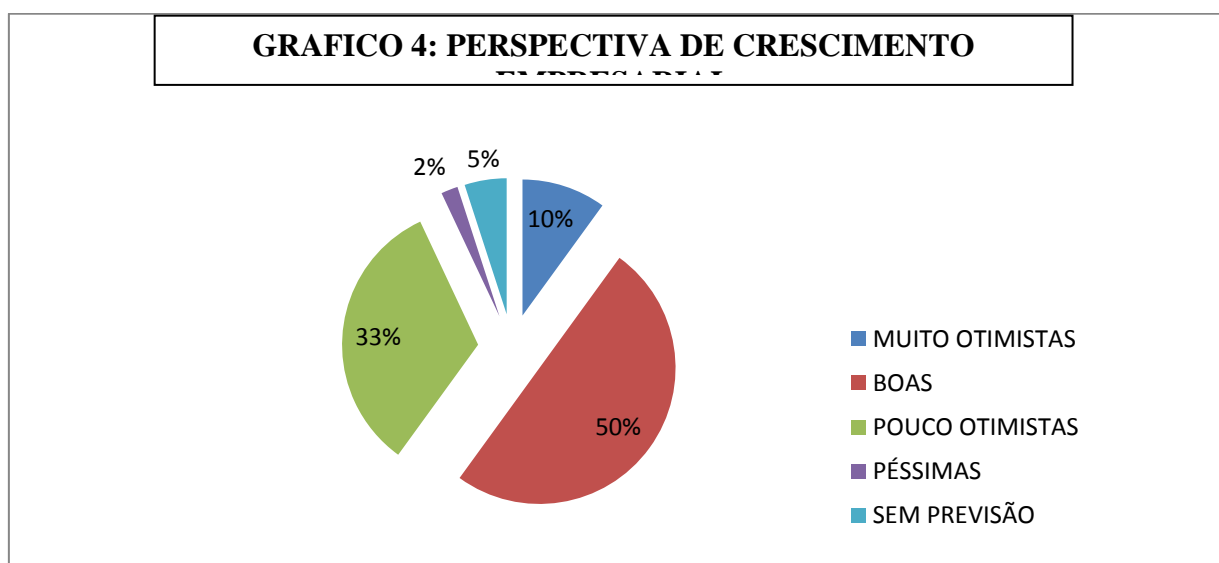
Na questão cinco, sondou-se sobre, por ocasião da necessidade, o que conheciam das ofertas de crédito, o resultado é bastante inesperado, mas positivo. Porque 98% dos entrevistados, responderam que ao procurar crédito: obtiveram, ficaram satisfeitos e procuraram novamente e apenas 2% nunca procurou o crédito.

Tal resultado se deve a modificação do SFN na busca de atender tais necessidades dos microempresários, como o Banco do Brasil que oferece atualmente em sua linha de créditos vários programas como o BB Giro Rápido, BB Capital de Giro Mix PASEP, BNDES Capital de Giro Progeren, Cartão BNDES, Proger Urbano Empresarial, Proger Turismo Investimento, Proger Jovem Empreendedor, na busca de facilitar o acesso ao crédito.

Na sexta questão, “Caso tenha obtido o crédito, e ficando insatisfeito, qual o principal agravante”. Tão surpreendente e ratificando a resposta da questão anterior, somente dois dos entrevistados afirmaram insatisfação, (4%) não responderam. Dando a entender que não houve insatisfação na obtenção do crédito.

Confirmando os resultados anteriores no que tange a modificação e maior abrangência das linhas de crédito do SFN, percebe-se que hoje a obtenção de crédito mesmo com alguns empecilhos não é algo tão distante e burocrático como algumas décadas atrás.

A questão de número sete, se sonda a respeito das perspectivas de crescimento das empresas, é muito otimista apenas (10%) das empresas que responderam o questionário, para (50%) das empresas, as perspectivas são boas, porém para (33%) a previsão é de pouco otimismo, 2% péssimas previsões e 5% estão sem previsão. Isso leva a interpretar a que o resultado tende a uma previsão muito positiva para a maioria dos entrevistados.



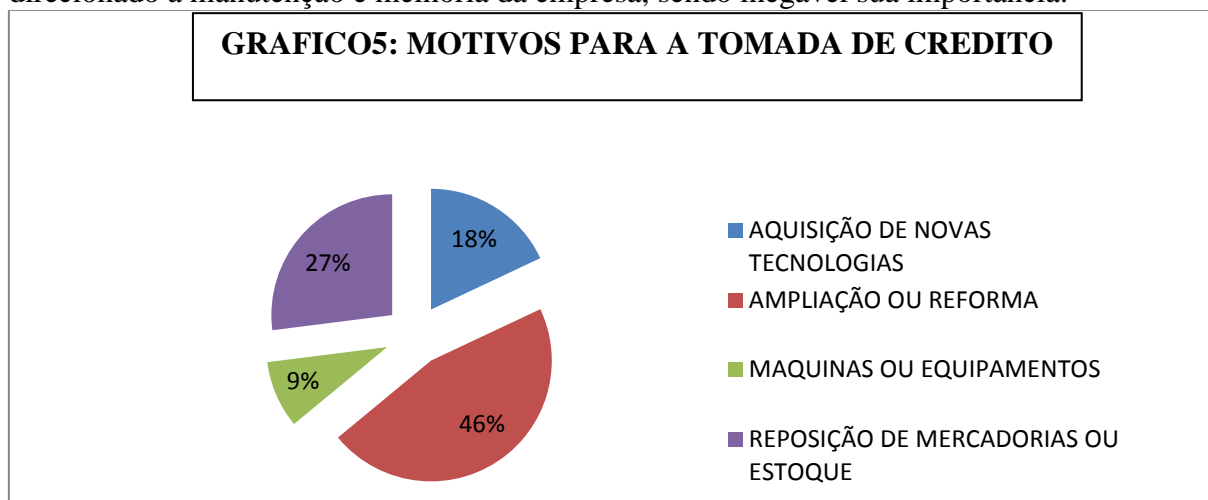
Fonte: Pesquisa de campo – 2013

O mercado é competitivo, exige mudanças de posturas e principalmente que o empresário seja um empreendedor, os microempresários estão conseguindo estabilidade no mercado, a economia favorece a esse tipo de empreendimento, busca sempre investir de modo que haja uma perspectiva de crescimento como mostra a pesquisa estes métodos estão dando resultados.

Na questão oito, demonstra-se o destino de crédito, que para uma micro empresa (9%) foi direcionado para compra de máquinas e equipamentos, para outras duas (18%) a compra de novas tecnologias foi seu principal objetivo, já para três microempresas (27%) a reposição de mercadorias e estoque foi seu principal foco, e para as demais cinco (46%) a ampliação e reforma de seus estabelecimentos era o objetivo. Para esta questão verifica-se que a maioria

das microempresas se preocupa em crédito para financiar melhorias em seus estabelecimentos e menos crédito para capital de giro.

É indiscutível a necessidade das micro empresas ter acesso ao crédito, sendo um dos meios fundamentais para definir o sucesso, pois como demonstra o gráfico, o uso do crédito é direcionado a manutenção e melhoria da empresa, sendo inegável sua importância.



Fonte: Pesquisa de campo – 2013

Para a questão nove, utilizou-se de questão aberta com a finalidade de averiguar a principal medida que deveria ser tomada pelos bancos ou instituições de crédito, para ampliação bem sucedida dos negócios de uma empresa.

Os participantes da pesquisa de campo quase a totalidade (98%) em solicitar que as taxas de juros fossem mais baixas e (54,55%) também citaram o “prazo” das operações que poderiam ser maiores.

De acordo com a pesquisa realizada tanto bibliográfica como a pesquisa junto ao Banco do Brasil e as MPE's a acessibilidade ao crédito esta sendo melhorado, porem as taxas de juros ainda são bastante elevadas, o numero de empresas atendidas cresceu, é possível perceber que o quesito mortalidade das microempresas reduziu isso se deve principalmente ao acesso mais fácil ao crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As micro empresas desempenham um papel de fundamental importância no contexto econômico e social brasileiro, para que o país cresça é necessário que as MPEs cresçam juntamente, modernizando seu parque produtivo. A melhora das MPEs significa elevação do padrão de vida de toda população. Para isso é necessário uma política que promova um incremento nos programas de apoio às MPEs que possam compensar as desvantagens em relação às grandes empresas, e contribuir para o fortalecimento das mesmas.

É neste cenário de competitividade e de necessidade de recursos financeiros pelas empresas, que entra a figura do Banco do Brasil, elaborando e disponibilizando linhas de crédito específicas para às micro empresas. Por conta da importância das MPEs para o crescimento do Brasil, é que surgiu esta pesquisa sobre o apoio as linhas de crédito às micro empresas.

A pesquisa foi do tipo Survey com aplicação de um questionário para 48 (quarenta e oito) empresas locais. Percebe-se que o Banco do Brasil oferece várias linhas de crédito para este público, porém o prazo, a burocracia, o excesso de documentação solicitada, exigência de garantia, mas principalmente as taxas de juros ainda são consideradas muito altas pelos

microempresários dificultando o acesso ao crédito. No estudo apresentado constatou-se que os microempresários procuram estas linhas para competir frente aos seus concorrentes e oferecer melhores condições aos consumidores. As micro empresas têm uma importante função na estabilidade e mobilidade social, atuando como um “colchão” entre as tecnologias e terceirização das grandes empresas e a necessidade dos cidadãos buscarem no trabalho sua ocupação, renda, cidadania e auto-estima.

Dentre os dados obtidos na pesquisa vale destacar o fato dos microempresários está tendo um maior acesso ao crédito bancário, e uma das vantagens que isso traz diz respeito à estabilidade no mercado, antes a maioria das MPEs não conseguiam permanecer no mercado por mais de cinco anos como mostra dados do Sebrae, o cenário está mudando como mostrado na pesquisa todos estão há muito tempo no mercado.

Diante da pesquisa foi possível perceber que o Banco do Brasil aumentou sua linha de crédito na busca de facilitar e melhorar o acesso do mesmo aos microempresários, mesmo que de forma lenta, as instituições bancárias estão buscando se adequar a necessidade do mercado com linhas de apoio que irão ser usadas desde o reforço de capital até para financiar o giro operacional das respectivas.

Por fim, foi possível perceber que o SFN está buscando se adequar as necessidades das microempresas, isso permitiu aos empresários maior acesso ao crédito, que será utilizado para financiar melhorias em seus estabelecimentos e capital de giro.

Em suma, as MPEs são hoje, em todo o mundo e destacadamente no Brasil, um segmento dos mais importantes, visto serem agentes de inclusão econômica, tornando-se base da livre iniciativa e da democracia sendo responsável pela esmagadora maioria dos pontos de trabalho gerados no País. Tendo em vista os resultados obtidos com a pesquisa, recomenda-se que os micros empresários se atentem às novas leis para que possam usufruir de seus benefícios e procurem instituições na busca de crédito para sua estruturação e fluxo de caixa.

REFERÊNCIAS

ANDREZO, Andrea Fernandes; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado Financeiro: Aspectos Conceituais e Históricos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Banco do Brasil. **Linhas de credito do Banco do Brasil para às Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em <http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/LinhasDeCredito.pdf>. Acesso em 03 de nov.2013

BITTENCOURT. Gilson, MAGALHÃES. Reginaldo, ABRAMOVAY. Ricardo. **Informação de Crédito: um Meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao Sistema Financeiro**. Pesquisa & Debate, SP, volume 16, número 2(28), pp. 203-248, 2005.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006. Lei da Microempresa. 2006.

_____. **Lei nº 4.595. 31.12.1964**. Conselho Monetário Nacional. Sistema Financeiro Nacional. 1964.

BRITO, Osias Santana de. **Controladoria de Risco Retorno em Instituições Financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2003.

CAMARGOS. Marcos Antônio, CAMARGOS. Mirela Castro Santos, SILVA. Flávio Wagner, SANTOS. Fabiana Soares, RODRIGUES. Paulo Junio. **Fatores Condicionantes de Inadimplência em Processos de Concessão de Crédito a Micro e Pequenas Empresas do Estado de Minas Gerais**. RAC, Curitiba, v. 14, n. 2, art. 8, pp. 333-352, Mar./Abr. 2010.

CASADO, Márcio Mello. **Proteção do consumidor de crédito bancário e financeiro**. 2.ed.rev.ataul.e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

FORUNA, E. **Mercado financeiro: produtos e serviços**. — 15 ed. — Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

_____. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**.17. ed. Rio de Janeiro: Quallitymark, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Márcia Regina. **Os controles financeiros como ferramenta do processo de decisão nas micro e pequenas empresas**. 2007. 140f. Monografia. Universidade de Taubaté. 2007.

GROPPELLI, A.A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**, 2.ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

KOTESKI, Marcos Antonio. **As Micro e Pequenas Empresas no Contexto Econômico Brasileiro - Pequenos Empreendimentos geram Emprego e Renda, apesar do Insuficiente apoio Governamental**. Revista FAE BUSINESS, número 8, maio 2004. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v8_n1/rev_fae_v8_n1_03_koteski.pdf.

LACERDA, Joabe Barbosa. **A Contabilidade Como Ferramenta Gerencial na Gestão Financeira das Micros, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs) : Necessidade e Aplicabilidade** 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/2003>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1995

LAMEIRA, Valdir de Jesus Lameira. **Mercado de capitais**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

MINUSSI, J. A. **Um modelo preditivo de solvência utilizando regressão logística**. São Leopoldo, 2001. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Econômicas, PUC-Rio/ Unisinos.

PUGA, Fernando Pimentel. **Experiências de apoio às micro, pequenas e médias empresas nos Estados Unidos, na Itália e em Taiwan**. Textos para Discussão, Rio de Janeiro, n.75, p.1-56, fev. 2000.

RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.

SANTOS, Carlos Alberto. **Pequenos Negócios: Desafios e Perspectivas: Educação Empreendedora** / Carlos Alberto dos Santos, coordenação. Brasília: SEBRAE, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/rio-de-janeiro/como-o-sebrae-pode-me>

atender/materiais-para-consulta/livro%20educacao%20empreendedora.pdf. Acesso 19 de outubro de 2013.

_____. **Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas.** Carlos Alberto dos Santos, coordenação. Brasília: SEBRAE, 2004. Disponível em:http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6EF426CD3DBF/sistema_financeiro_e_as_mpe.pdf. Acesso 19 de outubro de 2013.

SEBRAE_SP. **O relatório do observatório das MPEs sobre o cenário das MPEs 2009-2015 emitido em 2008.** Disponível em [http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/7AD0E246A190AB9B832574DC00486EB2/\\$File/NT000390A2.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/7AD0E246A190AB9B832574DC00486EB2/$File/NT000390A2.pdf). Acesso em 33 de outubro de 2013.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
() Monografia
(X) Artigo

Eu, John Frank Veloso,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação A Contribuição do Banco do Brasil para o crescimento das Micro empresas da cidade de Picos-PI.
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 22 de Maio de 2014.

John Frank Veloso
Assinatura

Assinatura